

Circular nº 30/2014*3 de Julho de 2014***Assunto: Assembleia-geral Extraordinária****Alteração de Estatutos****CONVOCATÓRIA**

Nos termos do nº. 1 do artº. 16º. dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral da “APIRAC – Associação Portuguesa da Indústria de Refrigeração e Ar Condicionado”, a reunir em primeira convocação na Rua José Estêvão, número 74, em Lisboa, porquanto o local indicado oferece melhores condições para a realização da assembleia, no dia 15 de Julho de 2014, pelas 18,00 horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto único: Discutir e deliberar sobre a Proposta de alteração dos Estatutos da “APIRAC” apresentada pela Direcção, no sentido de serem alterados os artigos 1º.; 4º.; 5º., 6º., 7º., 8º., 9º., 10º., 11º., 12º., 13º., 14º., 15º., 16º., 17º., 18º., 19º., 20º., 21º., 22º., 23º., 24º., 25º., 26º., 27º., 28º., 29º. e 30º., e eliminados os artigos 31º. a 34º..

Se à hora marcada não estiverem presentes mais de metade dos associados, a Assembleia reunirá meia hora depois, em segunda convocação, com qualquer número, com a mesma Ordem de Trabalhos.

A proposta da Direcção com as alterações aos artigos dos Estatutos acima indicados, encontra-se à disposição dos associados na sede social da “APIRAC”, sita na Rua do Alecrim, nº. 53, 2º. andar, em Lisboa, a partir da data da presente convocatória, sem prejuízo do envio que será feito para todos os associados, por correio normal, de uma cópia deste documento.

Lisboa, 24 de Junho de 2014.

O Presidente da Mesa da Assembleia-geral,

(Celestino Augusto Viegas Rodrigues, por INSTEC – Estudos e Projectos de Instalações Técnicas, Lda.)

Anexo: Proposta de Alterações

ESTATUTOS

**APIRAC – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO E AR
CONDICIONADO**

**PROPOSTA DA DIRECÇÃO
DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA APIRAC
(ASSEMBLEIA-GERAL DE 15/07/2014)**

CAPÍTULO I

Denominação, sede e objecto

Artigo 1º.

A APIRAC – Associação Portuguesa das Empresas dos Sectores Térmico, Energético, Electrónico e do Ambiente é uma associação sem fins lucrativos e de duração ilimitada, regendo-se pelos presentes estatutos e legislação em vigor.

(...)

CAPÍTULO II

Associados

(Este capítulo deixa de estar dividido em secções)

Artigo 4º.

1 – Podem ser admitidos como associados da Associação as empresas, pessoas singulares ou colectivas de direito privado, que no território nacional exerçam as actividades de concepção, construção, fabrico, comercialização, distribuição, instalação, reparação e manutenção ou actividades afins, de aparelhos, equipamentos ou instalações técnicas, nomeadamente ar condicionado, refrigeração, ventilação, aquecimento, electricidade, gestão técnica, energias renováveis, qualidade do ar interior e actividades conexas.

2 – (Anterior artigo 5º., nº. 2)

Artigo 5º.

(Anterior artigo 6º.)

Artigo 6º.

- 1 – (Anterior artigo 7º.)
- 2 – Compete à direcção definir as condições para a utilização dos serviços da Associação pelos associados recém admitidos, nomeadamente estabelecendo o número mínimo de quotas mensais que deverá ser pago antecipadamente, sem prejuízo da jóia a pagar pela inscrição, e quais os serviços abrangidos por este condicionalismo.

Artigo 7º.

(Anterior artigo 8º.)

Artigo 8º.

- 1 – Constitui infracção disciplinar, punível nos termos deste artigo e do seguinte, o não cumprimento, por parte dos associados, de qualquer dos deveres referidos no artigo 7º. ou quaisquer outras faltas que, pela sua gravidade, ponham em causa o bom nome e o prestígio da Associação.
- 2 – (Anterior artigo 9º, nº. 2)
- 3 – (Anterior artigo 9º, nº. 3)
- 4 – (Anterior artigo 9º, nº. 4)
- 5 – (Anterior artigo 9º, nº. 5)

Artigo 9º

- 1 – (Anterior artigo 10º., nº. 1)
- 2 – (Anterior artigo 10º., nº. 2)
- 3 – A sanção de expulsão só poderá ser aplicada em caso de grave violação de deveres fundamentais pelo associado.
- 4 – Para efeitos do número anterior, considera-se grave violação de deveres fundamentais, nomeadamente:
 - a) O não pagamento de quotas correspondentes a mais de seis meses, decorrido o prazo que para o efeito lhe for fixado e comunicado, em sede de procedimento disciplinar;
 - b) A prática de actos que impeçam ou dificultem a execução das deliberações dos órgãos associativos ou sejam contraditórios com os objetivos por elas prosseguidos;
 - c) A prática, em geral, de quaisquer actos contrários aos objetivos da associação ou susceptíveis de afectar gravemente o seu prestígio.

CAPÍTULO III

Órgãos sociais

SECÇÃO I

Disposições gerais

Artigo 10º.

(Anterior artigo 12º.)

Artigo 11º.

1 – (Anterior artigo 13º., nº. 1).

2 – (Anterior artigo 13º., nº. 2)

3 – Só poderão ser eleitos para os órgãos da Associação os associados que estejam inscritos na Associação há mais de um ano.

4 – (Anterior artigo 13º., nº. 4)

5 – (Anterior artigo 13º., nº. 5)

6 – (Anterior artigo 13º., nº. 6)

7 – (Anterior artigo 13º., nº. 7)

SECÇÃO II

Asembleia-geral

Artigo 12º.

1 – A assembleia-geral é constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos sociais.

2 – (Anterior artigo 14º., nº. 2)

Artigo 13º.

(Anterior artigo 15º.)

Artigo 14º.

(Anterior artigo 16º.)

Artigo 15º.

(Anterior artigo 17º.)

Artigo 16º.

(Anterior artigo 18º.)

Artigo 17º.

1 – A assembleia geral só pode funcionar, em primeira convocatória, desde que estejam presentes, pelo menos, metade dos associados de pleno direito.

2 – Não se verificando o condicionalismo previsto no número anterior, poderá a assembleia geral funcionar com qualquer número de associados, em segunda convocação, trinta minutos depois da hora marcada para a primeira.

Artigo 18º.

(Anterior artigo 19º.)

SECÇÃO III**Direcção****Artigo 19º.**

(Anterior artigo 20º.)

Artigo 20º.

Compete à direcção:

- a) (Anterior alínea a) do artº. 21º.)
- b) (Anterior alínea b) do artº. 21º.)
- c) (Anterior alínea c) do artº. 21º.)
- d) (Anterior alínea d) do artº. 21º.)
- e) (Anterior alínea e) do artº. 21º.)
- f) (Anterior alínea f) do artº. 21º.)
- g) (Anterior alínea g) do artº. 21º.)
- h) Designar e destituir os membros das comissões previstas no capítulo IV destes estatutos e promulgar os respectivos regulamentos internos, conforme se prevê no artigo 25º.;
- i) (Anterior alínea l) do artº. 21º.)
- j) (Anterior alínea m) do artº. 21º.)

- l) Criar e atribuir tarefas a serviços de apoio e grupos de trabalho, permanentes ou eventuais, para os quais pode requerer a participação de representantes das comissões ou de associados designados para o efeito;
- m) (Anterior alínea p) do artº. 21º.)
- n) (Anterior alínea q) do artº. 21º.)
- o) (Anterior alínea r) do artº. 21º.)

Artigo 21º.

- 1 – Na sua primeira reunião, a direcção distribuirá os cargos respectivos, sem prejuízo do estabelecido no nº. 2 do artigo 19º.
- 2 – (Anterior artigo 22º., nº. 2)
- 3 – (Anterior artigo 22º., nº. 3)
- 4 – (Anterior artigo 22º., nº. 4)
- 5 – (Anterior artigo 22º., nº. 5)

Artigo 22º.

(Anterior artigo 23º.)

SECÇÃO IV

Conselho fiscal

Artigo 23º.

- 1 – (Anterior artigo 24º., nº. 1)
- 2 – (Anterior artigo 24º., nº. 2)
- 3 – (Anterior artigo 24º., nº. 3)
- 4 – Para a reunião funcionar é necessária a presença da maioria dos seus membros.
- 5 – As deliberações são tomadas por maioria de votos dos membros presentes, tendo o presidente, além do seu voto, direito a voto de desempate.

Artigo 24º.

- 1 – (Anterior artigo 25º., nº. 1)
- 2 – (Anterior artigo 25º., nº. 2)
- 3 – O conselho fiscal poderá ser coadjuvado na sua missão por um revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas.

CAPÍTULO IV

Comissões

Artigo 25º.

- 1 – Por deliberação da direcção poderão ser constituídas comissões de trabalho, com um âmbito de actividade específico e delimitado.
- 2 – Caberá à direcção aprovar o regulamento interno de funcionamento das comissões, as quais serão compostas por três ou por cinco membros, os quais serão designados e destituídos pela direcção.
- 3 – (Anterior artigo 27º., nº. 3)
- 4 – Das comissões poderão fazer parte os associados que exerçam a actividade por elas representada, podendo, todavia, pertencer a mais de uma, de acordo com o âmbito da sua actividade efectiva, e, bem assim, quaisquer entidades ou pessoas singulares, de reconhecido mérito técnico-científico, com intervenção na área de actividade abrangida pela comissão.
- 5 – (Anterior artigo 28º., nº. 1)
- 6 – (Anterior artigo 28º., nº. 2)
- 7 – (Anterior artigo 28º., nº. 3)

CAPÍTULO V

Regime financeiro

Artigo 26º.

(Anterior artigo 30º.)

Artigo 27º.

(Anterior artigo 31º.)

Artigo 28º.

(Anterior artigo 32º.)

CAPÍTULO VI

Disposições Gerais

Artigo 29º.

- 1 – A associação só poderá ser dissolvida por deliberação da maioria absoluta de três quartos do número de todos os associados, reunidos em assembleia-geral, expressamente convocada para o efeito.
- 2 – A assembleia que votar a dissolução designará os liquidatários e indicará o destino do património disponível, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
- 3 - Em caso de extinção judicial ou voluntária da associação, os respectivos bens não podem ser distribuídos pelos associados.

Artigo 30º.

(Anterior artigo 34º.)

CAPÍTULO VII

(Eliminado)

CAPÍTULO VIII

(Eliminado)